



BOLETIM INFORMATIVO – JANEIRO 2016

Edição nº. 03 - Ano 22 - CRC/RS 3.112

OS DEZ DOCUMENTOS ESSENCIAIS DE UMA EMPRESA

Alvará de funcionamento, licença ambiental, notas fiscais, recibos de pagamentos... A lista de documentos exigida de qualquer empresa é grande e quem tem um negócio deve estar com tudo em dia para evitar multas no caso de uma fiscalização.

É comum os empresários deixarem de lado novas exigências fiscais, como o e-Social, que vai exigir esforço para cumprimento dos prazos. Quem não tem a documentação em dia pode ser penalizado e ainda ter que pagar multas de mora por eventual atraso no pagamento dos tributos. Deixar tudo para última hora não cai bem para um empresário que quer ter sucesso.

O empresário deve estar sempre próximo do contador para conhecer a realidade contábil de seu negócio e acompanhar o cumprimento das exigências legais.

Conheça a lista dos documentos imprescindíveis para o bom funcionamento da empresa:

- Alvará - É concedido pelo Município depois de constatada a regularização do imóvel e a permissão do exercício da atividade na região;
- Licença sanitária – Concedida pela Vigilância Sanitária da região, é exigida a hotéis, farmácias e empresas que manipulem ou produzam alimentos, clínicas médicas ou odontológicas e distribuidoras de produtos químicos entre outras;
- Licença ambiental – O empresário deve verificar se sua atividade exige licenciamento concedido por órgão ambiental. Há diversos tipos de negócios que se enquadram na determinação;
- Notas fiscais – Os recibos de todos os produtos comprados ou vendidos pela empresa devem ser arquivados;
- Registros de contabilidade - Os livros de registros contábeis devem estar sempre atualizados, detalhando a movimentação de compras, vendas, pagamentos e recebimentos, entradas e saídas de estoque;
- Comprovante de recolhimento de tributos e contribuições previdenciárias - Mensalmente, o empregador deve recolher, entre outros tributos, a contribuição para o INSS e o FGTS. Também é importante o recolhimento da Contribuição Sindical;
- Comprovantes de recursos humanos – Folha de pagamento, contracheques e dados dos empregados devem ser atualizados. Contratações e desligamentos precisam ser informados ao Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), no site do Ministério do Trabalho;
- Comprovantes médicos e de segurança no trabalho – A empresa precisa manter atualizados os exames periódicos de saúde dos empregados, além de prevenir riscos à segurança no local do trabalho. A fiscalização é das secretarias estaduais do trabalho;
- Contrato social – A atualização do documento que descreve a finalidade da empresa, atividade, localização e cotas de patrimônio de cada sócio é obrigatória;
- Contrato com o contador – Toda empresa é obrigada a ter um contador, que cuida do atendimento das obrigações legais.

A IMPORTÂNCIA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTÁBIL

Item importante na relação entre o profissional contábil e seu cliente, o contrato de prestação de serviços (prova da contratação dos serviços contábeis) regido pela Resolução CFC Nº 987/03, se não for apresentado ao Conselho Regional de Contabilidade quando exigido, constitui infração uma vez que ele comprova os limites e a extensão da responsabilidade técnica perante cliente ou empregador e também pode servir de contraprova em denúncias de aviltamento de honorários ou concorrência desleal.

O contrato de prestação de serviços deverá descrever detalhadamente todos os serviços que serão prestados pelo profissional contábil ao seu cliente, incluindo as obrigações acessórias (emissão de notas fiscais, guias de recolhimento, escrituração dos livros fiscais, envio das declarações fiscais, e demais atividades elaboradas por profissionais contábeis com a finalidade de satisfazer o fisco).

Segundo o nosso Código de Ética o profissional contábil deve fixar previamente o valor dos serviços, por contrato escrito considerando elementos tais como o tempo que será prestado, entre outros.

A oferta de serviços poderá ser feita mediante proposta, contendo os detalhes de especificação, bem como valor dos honorários, condições de pagamento, prazo de duração da prestação de serviços e outros elementos inerentes ao contrato. A proposta de prestação de serviços, quando aceita, poderá ser transformada, automaticamente, no contrato de prestação de serviços, desde que contenha requisitos previstos (identificação das partes contratantes, a relação dos serviços que serão prestados, duração do contrato, honorários profissionais etc.).

Se o contratante e o contratado decidem desistir da continuidade do contrato até agora vigente, deverá ser celebrado distrato entre as partes restando acertado que, em razão dos serviços e atividades desenvolvidos até o momento, o contratado entregará, mediante protocolo, todos os serviços concluídos, bem como toda a documentação da empresa na data da assinatura do distrato. Quando não for possível celebrar o distrato, deverá o profissional da Contabilidade notificar o cliente quanto ao fim da relação contratual especificando a cessação das responsabilidades dos contratantes.

Mais do que uma relação profissional entre o operador da Contabilidade e seu cliente, ao elaborarem e formalizarem um contrato de prestação de serviços, as partes estabelecem um instrumento importante para comprovar o vínculo contratual entre ambas, definindo os seus direitos e deveres e permitindo a segurança das partes interessadas para regular desempenho das obrigações assumidas.

ENTENDA O CONCEITO DE TRANSPARÊNCIA FISCAL E COMO ELE PODE INFLUENCIAR A EMISSÃO DE NOTAS

Consumidores de mercadorias e serviços vêm observando em suas notas fiscais a informação do valor aproximado da totalidade dos tributos federais, estaduais e municipais. Isso se deve à implementação da Lei da Transparência Fiscal, nº 12.741/2012. Como o valor divulgado é formado através de um cálculo que gera uma média, ele não bate com a porcentagem de impostos que a empresa paga, e isso acaba gerando uma confusão na cabeça dos clientes. Entenda melhor!

A Lei 12.741/2012 surgiu com o objetivo esclarecer aos clientes o custo tributário incidente sobre os produtos e serviços. As empresas devem divulgar a tributação estimada em suas notas fiscais para seus consumidores finais. Mas apesar da boa vontade do governo em querer dar transparência para a questão dos impostos, os impostos no país são uma mistura só. Por este motivo, o IBPT (Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação) fez um trabalho, através do qual calcula-se o imposto, levando-se em consideração uma média nacional para cada atividade.

Acontece que aí mora um outro problema, pois a média nacional em toda cadeia produtiva, dificilmente será igual à média da sua empresa. Pior ainda quando a empresa for do Simples Nacional. A média não distingue entre Simples Nacional, Lucro Presumido e Lucro Real. De qualquer forma, ainda assim, é o melhor número que se tem para ser utilizado.

NOVAS REGRAS PREVIDENCIÁRIAS BRASILEIRAS - PARTE II

PENSÃO POR MORTE

A pensão por morte é um benefício pago aos dependentes do segurado do INSS que vier a falecer ou, em caso de desaparecimento, tiver sua morte presumida declarada judicialmente.

Principais requisitos:

Para ter direito ao benefício, é necessário comprovar os seguintes requisitos:

- Que o falecido possuísse qualidade de segurado do INSS na data do óbito;
- A duração do benefício pode variar conforme a quantidade de contribuições do falecido, além de outros fatores.

A pensão por morte tem duração máxima variável, conforme a idade e o tipo do beneficiário.

Para o(a) cônjuge, o(a) companheiro (a), o(a) cônjuge divorciado (a) ou separado (a) judicialmente ou de fato que recebia pensão alimentícia:

- Duração de 4 meses a contar da data do óbito:

Se o óbito ocorrer sem que o segurado tenha realizado 18 contribuições mensais à Previdência ou;

- Se o casamento ou união estável se iniciou em menos de 2 anos antes do falecimento do segurado;

Duração variável conforme a tabela abaixo:

- Se o óbito ocorrer depois de vertidas 18 contribuições mensais pelo segurado e pelo menos 2 (dois) anos após o início do casamento ou da união estável; ou
- Se o óbito decorrer de acidente de qualquer natureza, independentemente da quantidade de contribuições e tempo de casamento/união estável.

<u>Idade do dependente na data do óbito</u>	<u>Duração máxima do benefício ou cota</u>
menos de 21 (vinte e um) anos	3 (três) anos
entre 21 (vinte e um) e 26 (vinte e seis) anos	6 (seis) anos
entre 27 (vinte e sete) e 29 (vinte e nove) anos	10 (dez) anos
entre 30 (trinta) e 40 (quarenta) anos	15 (quinze) anos
entre 41 (quarenta e um) e 43 (quarenta e três) anos	20 (vinte) anos
a partir de 44 (quarenta e quatro) anos	Vitalício

Para o cônjuge inválido ou com deficiência:

- O benefício será devido enquanto durar a deficiência ou invalidez, respeitando-se os prazos mínimos descritos na tabela acima.
- Para os filhos, equiparados ou irmãos do falecido (desde que comprovem o direito):
- O benefício é devido até os 21 (vinte e um) anos de idade, salvo em caso de invalidez ou deficiência.

**“Os mais corajosos não são aqueles que demonstram
força na nossa frente, mas aqueles que vencem
batalhas diárias das quais não sabemos nada a respeito”**



Agenda das Principais Obrigações Janeiro/2016



DIAS	COMPROMISSOS
04/01	Envio das notas fiscais, documentos de caixa e recibos de autônomos, impostos e contribuições pagos pela sua empresa para encerramento do mês de dezembro 2015
07/01	SALÁRIOS - DEZEMBRO GPS - DOMÉSTICAS GFIP - DEZEMBRO
11/01	ICMS - SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA (Demais produtos) - DEZEMBRO
11/01	Envio das notas fiscais, dos documentos de caixa, de bancos, impostos e contribuições pagos pela sua empresa referente o período de 01 a 10/01/2016
12/01	ICMS - COMÉRCIO - DEZEMBRO
15/01	ISSQN - DEZEMBRO GPS - CONTRIBUINTE INDIVIDUAL
20/01	GPS - DEZEMBRO IMPOSTO SIMPLES NACIONAL - DEZEMBRO ICMS - DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA - SIMPLES NACIONAL - NOVEMBRO
21/01	ICMS - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES - DEZEMBRO ICMS - INDÚSTRIA - DEZEMBRO
21/01	Envio das notas fiscais, dos documentos de caixa, de bancos, impostos e contribuições pagos pela sua empresa referente o período de 11 a 20/01/2016
25/01	Envio dos dados para encerramento da folha de pagamento: registro de empregados, alterações de salário, faltas e descontos, recibos de autônomos e notas fiscais cooperativas, referente janeiro 2016
25/01	IPI - INDÚSTRIA - MODALIDADE GERAL - DEZEMBRO COFINS - DEZEMBRO PIS - DEZEMBRO ICMS - ÚLTIMOS SETORES INCLUÍDOS NA SUBST. TRIBUTÁRIA - NOVEMBRO
29/01	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - DEZEMBRO - ESTIMATIVA IRPJ - DEZEMBRO - ESTIMATIVA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - LUCRO PRESUMIDO - 4º TRIMESTRE/2014 IRPJ - LUCRO PRESUMIDO - 4º TRIMESTRE/2014
01/02	Envio das notas fiscais, dos documentos de caixa, de bancos, impostos e contribuições pagos pela sua empresa referente o período de 21 a 31/01/2016



Curta nossa página no Facebook:

VISAO CONTABILIDADE VILLAGIO IGUATEMI 54 30264600

Visão Contabilidade - Competência e Credibilidade